



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
CAMPUS WILSON MARTINS FILHO
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS PORTUGUÊS



NEAD
UESPI
NUCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DEUZIVETE DE MOURA FÉ

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO COM BASE NOS PARÂMETROS
CURRICULARES NACIONAIS (PCNS) E NA BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR (BNCC)**

**SANTA CRUZ DO PIAUÍ – PI
2025**



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL-UAB
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA-NEAD
CAMPUS WILSON MARTINS FILHO
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS PORTUGUÊS**



DEUZIVETE DE MOURA FÉ

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO COM BASE NOS PARÂMETROS
CURRICULARES NACIONAIS (PCNS) E NA BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR (BNCC)**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Letras/Português, modalidade Educação a Distância (EaD), Universidade Estadual do Piauí– UESPI, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Letras/Português.

Orientador: Prof. Me. Ismael Paulo Cardoso Alves

**SANTA CRUZ DO PIAUÍ – PI
2025**

DEUZIVETE DE MOURA FÉ

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO COM BASE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNS) E NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Letras/Português, modalidade Educação a Distância (EaD), Universidade Estadual do Piauí–UESPI, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Letras/Português.

Orientador: Prof. Me. Ismael Paulo Cardoso Alves

Aprovada em: 25/01/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Ismael Paulo Cardoso Alves

Documento assinado digitalmente
 ISMAEL PAULO CARDOSO ALVES
Data: 01/02/2025 17:59:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PRESIDENTE

Profa. Me. Raíssa Martins Brito

PRIMEIRO(A) EXAMINADOR(A)

Prof. Me. Djalma Carvalho da Silva

Documento assinado digitalmente
 DJALMA CARVALHO DA SILVA
Data: 30/01/2025 16:45:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SEGUNDO(A) EXAMINADOR(A)

[...] Só se estará contribuindo para o *exercício* da cidadania se se contextualizar a alfabetização no quadro mais amplo dos determinantes da cidadania, atribuindo-lhe sua verdadeira dimensão e, ao mesmo tempo, e por isso mesmo, vendo-a, a alfabetização, como um meio, entre outros, de luta contra a discriminação e as injustiças sociais.

Magda Soares (2017, p.171.)

DEDICATÓRIA

Sem a direção dada por Deus, a conclusão deste trabalho não seria possível. Por causa disso, dedico esta monografia a Ele. Com muita gratidão no coração.

Aos meus pais, pelo amor, pela paciência e pelo incentivo em cada momento da minha vida. Aos senhores, que sempre estiveram ao meu lado e me ensinaram o valor da dedicação e da honestidade, agradeço profundamente por acreditarem nos meus sonhos e me ajudarem a realizá-los.

Ao meu esposo e aos meus filhos, que compartilharam comigo essa caminhada, entre desafios e conquistas. Cada momento ao lado de vocês foi uma fonte de apoio e inspiração para seguir em frente.

Aos meus professores, especialmente ao meu orientador, que, com sabedoria, paciência e dedicação me ajudou. Suas lições ultrapassam o conteúdo acadêmico e ficarão para a vida toda.

E a todos que, de alguma forma, acreditaram e contribuíram para a realização deste trabalho. Esta conquista também é de vocês.

RESUMO

A alfabetização é um processo essencial para o desenvolvimento humano, abrangendo não só a aprendizagem de ler e escrever, mas abre caminho para que o educando possa agir sobre o mundo. Em sua essência, a alfabetização representa o acesso ao conhecimento e à cidadania, sendo uma ferramenta fundamental para a democratização e a autonomia sociais. Segundo Paulo Freire (1987), alfabetizar é mais do que o domínio da palavra escrita, pois é também promover a "leitura do mundo", ou seja, a compreensão crítica da realidade, um processo pelo qual o indivíduo se torna protagonista de sua própria história. Assim, a alfabetização é, ao mesmo tempo, uma habilidade técnica e um ato político e emancipatório. Esse processo é amplamente estudado e discutido por educadores e teóricos, que buscam entender como as pessoas desenvolvem habilidades de leitura e escrita, e como o contexto social e cultural influencia essa aprendizagem. Teóricos como Paulo Freire (1996), Emilia Ferreiro (1982) e Magda Soares (2003) defendem que a alfabetização ocorre através de um processo de construção cognitiva. Em suas pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita, elas demonstram que a criança passa por diferentes fases ao aprender a ler e a escrever, construindo hipóteses sobre o funcionamento da linguagem escrita e compreendendo gradualmente o sistema alfabético. Esse entendimento é um avanço significativo, pois permite que os educadores compreendam as etapas e as dificuldades específicas que podem surgir no processo de alfabetização, possibilitando uma abordagem mais personalizada e eficaz. Lamentavelmente, de acordo com dados do IBGE (2022), o país ainda possui taxas de analfabetismo relativamente altas, especialmente em regiões mais vulneráveis, como o Nordeste, e entre grupos sociais historicamente marginalizados. A persistência do analfabetismo expõe desigualdades socioeconômicas, indicando a necessidade de políticas públicas específicas e de programas de educação inclusiva que garantam o direito à educação para todos. Além das questões teóricas e metodológicas, a alfabetização também é abordada como uma prioridade política e social. A universalização da alfabetização e a qualificação do ensino básico são estratégias fundamentais para combater o analfabetismo e promover uma sociedade mais justa e informada, de maneira que documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017), foram criados e formam a base pedagógica e política para o alcance desses objetivos. Nesse sentido, a alfabetização não é apenas uma responsabilidade do sistema educacional, mas também um compromisso de toda a sociedade, pois seu impacto vai além da esfera individual, influenciando diretamente o desenvolvimento econômico e cultural de um país.

Palavras-chave: Alfabetização, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

ABSTRACT

Literacy is an essential process for human development, encompassing not only learning to read and write, but also paves the way for students to act in the world. In essence, literacy represents access to knowledge and citizenship, and is a fundamental tool for social democratization and autonomy. According to Paulo Freire (1987), literacy is more than just mastering the written word, as it also promotes the "reading of the world", that is, the critical understanding of reality, a process through which the individual becomes the protagonist of his or her own story. Thus, literacy is, at the same time, a technical skill and a political and emancipatory act. This process is widely studied and discussed by educators and theorists, who seek to understand how people develop reading and writing skills, and how the social and cultural context influences this learning. Theorists such as Paulo Freire (1996), Emilia Ferreiro (1982) and Magda Soares (2003) argue that literacy occurs through a process of cognitive construction. In their research on the psychogenesis of written language, they demonstrate that children go through different phases when learning to read and write, building hypotheses about how written language works and gradually understanding the alphabetic system. This understanding is a significant advance, as it allows educators to understand the specific stages and difficulties that may arise in the literacy process, enabling a more personalized and effective approach. Unfortunately, according to data from IBGE (2022), the country still has relatively high illiteracy rates, especially in more vulnerable regions, such as the Northeast, and among historically marginalized social groups. The persistence of illiteracy exposes socioeconomic inequalities, indicating the need for specific public policies and inclusive education programs that guarantee the right to education for all. In addition to theoretical and methodological issues, literacy is also addressed as a political and social priority. Universal literacy and improving the quality of basic education are fundamental strategies for combating illiteracy and promoting a more just and informed society. Documents such as the PCNs (1997) and the BNCC (2017) were created and form the pedagogical and political basis for achieving these goals. In this sense, literacy is not only a responsibility of the educational system, but also a commitment of the entire society, as its impact goes beyond the individual sphere, directly influencing the economic and cultural development of a country.

Keywords: Literacy, National Curricular Parameters (PCNs) and Common National Curricular Base (BNCC)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
1.1 O que é alfabetizar?	10
1.2 O processo de alfabetização em documentos oficiais	13
1.3 A alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)	15
1.4 A alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	20
2. METODOLOGIA	27
3. ANÁLISE DOS DADOS.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	39

INTRODUÇÃO

“Alfabetizar” não se refere apenas a um processo educacional isolado e pertinente a uma faixa etária. Também não se refere apenas a ensinar crianças pequenas a decodificar letras, palavras e frases. Trata-se de um processo contínuo que se inicia mesmo antes da criança adentrar na escola.

Inúmeras são as práticas pedagógicas que compõem o processo de alfabetização, cada uma com seus fundamentos próprios, que fazem parte de um todo, com a finalidade de fazer com que o aluno não somente decodifique, mas que ele possa ler e principalmente entender o que foi lido, interagindo e tomando caminho a partir dos documentos oficiais.

Entende-se que o processo de alfabetização não se inicia na escola, visto que o aluno começa esse processo em todos os ambientes em que frequenta. Em casa com os familiares, por exemplo e por isso, as crianças já devem começar a ter contato com um ambiente alfabetizador, além do incentivo por parte dos pais e/ou responsáveis. Freire (1996) enfatiza que a alfabetização não é apenas técnica, mas um ato político e transformador, que permite ao indivíduo não só acessar o conhecimento, mas também questionar e transformar sua realidade.

Sobre isso, Paulo Freire (1996, p.25) coloca que

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. [...]. Quem forma se forma e reforma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado.

Diante da importância do ato de alfabetizar, o presente trabalho é de extrema importância, tanto no campo educacional quanto no social, pois possibilita a análise e o entendimento de um dos pilares da formação humana e cidadã. A alfabetização é um processo que transcende a simples aprendizagem das habilidades de ler e escrever, haja visto que ela é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, crítico e para a inserção plena dos indivíduos na sociedade.

O objetivo geral desse trabalho é identificar e analisar os fatores que influenciam o processo alfabetizador, além da sugestão de metodologias pedagógicas atuais, que valorizam o contexto e a individualidade dos alunos, promovendo um aprendizado mais significativo e eficaz.

Os objetivos específicos são compreender melhor os métodos mais eficazes para seu ensino, as dificuldades enfrentadas por diferentes grupos sociais e as políticas públicas necessárias para garantir seu acesso de forma igualitária.

Esta monografia acerca da alfabetização dialoga, para isso, com as obras de grandes teóricos da educação, como Paulo Freire (1987), Emília Ferreiro (1982) e Magda Soares (2003), os quais defendem que o processo de alfabetização é fundamental para o empoderamento e a autonomia dos indivíduos.

Para melhor organização o trabalho está dividido da seguinte maneira: o primeiro capítulo versará sobre a fundamentação teórica pesquisada que apresenta-se subdividida em quatro subseções: “o que é alfabetizar?”, “o analfabetismo e as suas consequências”, a alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997) e na Base Nacional comum Curricular (BNCC) (2017); em seguida o segundo capítulo versará sobre a metodologia utilizada para desenvolver o trabalho; no terceiro capítulo, será explanada a análise dos dados, ou seja, a análise realizada acerca da fundamentação teórica, e, por último, o presente estudo apresentará as considerações finais referentes ao trabalho apresentado.

A pesquisa bibliográfica baseou-se na definição clara do tema e do problema de pesquisa, a saber, a temática foi sobre a abordagem da alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enquanto que o problema que subsidiou o presente trabalho foi: como os conceitos de alfabetização são tratados nos PCNs e na BNCC, e quais os impactos dessas abordagens no desenvolvimento das competências de leitura dos estudantes?

Foram estabelecidos os objetivos do estudo, que foram:

(1) Analisar comparativamente as orientações sobre alfabetização presentes nos PCNs e na BNCC, destacando as semelhanças e diferenças nas propostas pedagógicas.

(2) Identificar os desafios enfrentados na implementação das estratégias de alfabetização indicadas nos documentos oficiais.

(3) Avaliar o impacto das diretrizes dos PCNs e da BNCC na prática pedagógica e no desempenho dos estudantes.

Em seguida foram delimitadas as fontes que iriam ser analisadas. Para garantir a relevância e a credibilidade do material consultado, priorizou-se autores

reconhecidos como Paulo Freire (1987), Magda Soares (2003-2017) e Emília Ferreiro (1996) principalmente.

Após a coleta, os dados foram organizados e utilizados de acordo com os objetivos específicos do estudo, facilitando a construção da fundamentação teórica e a análise dos dados.

A escolha pela pesquisa bibliográfica como base metodológica justificou-se pela riqueza e pela diversidade de informações disponíveis na literatura científica, que permitiram desenvolver uma análise aprofundada sem a necessidade de coletas empíricas. Esse método, portanto, foi ideal para a nossa proposta de trabalho, pois possibilitou a compreensão de fenômenos amplamente debatidos.

A análise dos dados do presente trabalho, como dito anteriormente, baseou-se na pesquisa bibliográfica e visou identificar as principais contribuições da literatura sobre o tema investigado, destacando pontos convergentes e divergentes entre os autores consultados.

Dessa forma, pretende-se que o trabalho ajude a refletir criticamente sobre o papel da alfabetização na educação e na formação de cidadãos críticos e atuantes, capazes de interpretar o mundo ao seu redor e de agir sobre ele. Assim, o presente trabalho sobre alfabetização fortalece o compromisso social da educação e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 O que é alfabetizar?

O caminho para o alcance da emancipação passa pelo processo de alfabetização, que é um pilar fundamental na vida de qualquer educando, de modo que, se este caminho for mal trilhado, as consequências serão catastróficas para a formação do estudante e a sequência de sua vida acadêmica.

Magda Soares (2003) explicita que a alfabetização é a aprendizagem da técnica, domínio da escrita, da leitura e da relação que existe entre grafemas e fonemas, assim como dos diferentes instrumentos de escrita, ou seja, não é apenas um simples processo etário em que o aluno aprende a simplesmente decodificar letras, sílabas e textos. O processo vai muito além do que se possa imaginar, de modo que ele não pode ser considerado apenas como uma etapa inicial e finita na vida do estudante dentro do ambiente escolar.

Já a UNESCO (1999, p.23) explana alfabetização como:

Conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação; em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. Existem milhões de pessoas, a maioria mulheres, que não têm a oportunidade de aprender (...) a alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser requisito básico para a educação continuada durante a vida.

Salienta que segundo a UNESCO o importante papel da alfabetização para a formação completa do indivíduo, por ela ser de suma importância para as pessoas e estar intimamente ligada às mudanças não somente individuais, como também às mudanças no âmbito social, já que todo ser humano está intrinsecamente ligado ao que lhe rodeia, pois como ser social, está a todo momento influenciando o meio em que vive.

Alfabetizar é o processo de ensinar uma pessoa a ler e a escrever, indo além de apenas apresentar letras e palavras, visto que envolve o desenvolvimento de habilidades cognitivas que permitem ao indivíduo interpretar e interagir com o mundo. Segundo Paulo Freire (1987, p.11), "alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas a dizer a sua palavra". O autor demonstra, com essa frase, que a alfabetização é uma forma de crescimento, na qual os alfabetizandos se apropriam

da linguagem não apenas para decodificar um amontoado de palavras, mas para expressar suas próprias experiências e percepções de mundo.

Nota-se indiscutivelmente a necessidade de trabalhar bem o processo de alfabetização das crianças nas escolas, pois, uma vez mal alfabetizada, elas levarão isso adiante durante todo o seu processo educacional e cidadão. Uma criança corretamente alfabetizada, portanto, terá maiores chances de alcançar êxito em sua jornada de estudante.

Quando o conceito de alfabetização esteve atrelado a saber as letras, juntar sílabas e formar palavras, de modo que era muito comum que o processo de alfabetizar estivesse centrado na repetição de sons e escrita, de acordo com Magda Soares (2003, p.33).

Um outro equívoco errado que esteve muito tempo atrelado à alfabetização foi de que faz parte de um estágio da criança, ela ter um tempo determinado para si apropriar de si mesma. Sobre isso, Ferreiro (1996) afirma que a alfabetização é parte integrante de um processo maior que é formado por estágios de aprendizagem, que depende de vários fatores, entre eles, do estímulo recebido e que começa muito antes da vida escolar, e, da mesma maneira, não possui um período de término, pois cada criança tem seu próprio tempo e sua aprendizagem ocorre em ritmo diferente e isso precisa ser respeitado.

Segundo Ferreiro (1996, p.24), “O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais, assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças”, pois o estudante não é “uma folha em branco”, que vai ser preenchida conforme a vontade de seus professores ou de terceiros, tendo em vista que a criança vem de outros ambientes que a influenciam. Ela vem de lugares em que a observação e a interação com outras pessoas vão moldando seu mundo, sua realidade. A escola, desse modo, não pode fazer “vista grossa” à história de vida dos educandos e a alfabetização inicia-se fora do espaço escolar, pois começa nesses vários ambientes que são frequentados pela criança, nos quais ela absorve tudo aquilo que lhe repassam, aprendendo, por exemplo, através da observação, do diálogo, do jogo simbólico, construindo seu próprio mundo por meio da realidade que a sua mente consegue perceber.

De acordo com Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1996), veem a alfabetização como um processo construtivo no qual a criança passa por diferentes etapas ao entender o sistema de escrita. Elas defendem que as crianças constroem suas hipóteses sobre a escrita a partir da interação com o ambiente e da observação do uso social da linguagem. Segundo Magda Soares, "a criança alfabetiza-se participando de atividades letradas e observando seu uso social" (2003, p. 23), o que reforça a ideia de que a alfabetização se dá em um ambiente onde a leitura e a escrita são práticas sociais presentes.

Lev Vygotsky (1984) enfatiza o papel social e interacional do aprendizado, defendendo que o desenvolvimento cognitivo ocorre através das interações sociais. Na alfabetização, ele argumenta que o aprendizado acontece primeiro em um nível social para depois se internalizar no nível individual, o que é conhecido como "Zona de Desenvolvimento Proximal" (ZDP). Nesse sentido, alfabetizar seria proporcionar ao aprendiz contextos em que ele possa interagir e se desenvolver com o apoio de adultos ou colegas mais experientes. Nesse sentido, fica claro que a alfabetização é um processo social, sem início ou término, pois o aluno aprende para além dos muros escolares: ele aprende para a vida e continua aprendendo nela.

Piaget (1999) expõe em sua teoria que o desenvolvimento cognitivo infantil também influencia as concepções de alfabetização. Ele propõe que o aprendizado ocorre de forma diferente nos distintos períodos do desenvolvimento humano: período sensório-motor que ocorre da nascença aos dois anos de idade; período intuitivo ou simbólico que ocorre dos dois aos sete anos de idade; período das operações concretas, ocorre dos sete aos onze anos de idade e período das operações formais que ocorre a partir dos doze anos de idade, aproximadamente, são esses períodos de desenvolvimento específicos que moldam a forma como os educandos compreendem o mundo. Assim, alfabetizar envolveria adequar a prática pedagógica a essas fases cognitivas, permitindo que a criança construa seu entendimento da linguagem de forma ativa e progressiva.

Paulo Freire (1987, p.11) explica que:

Alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas a dizer a sua palavra. É uma maneira de aprender a perguntar, de aprender a fazer perguntas, de aprender a pôr e a pôr-se em questão, é criar e desenvolver a capacidade de perguntar e de indagar para compreender melhor o que significa estar no mundo.

Fica claro que o porquê de o processo de alfabetização na atualidade não mais ater-se a ensinar as crianças a simplesmente decodificar palavras e frases ou até mesmo textos soltos, que não possuem nenhuma representação para as crianças. Faz-se necessário, para isso, que o educando possa interagir durante o processo e possa sentir que o que aprende tem uma significação para sua vida.

A alfabetização representa a base para uma educação construtiva, na qual o indivíduo consegue desenvolver a leitura, a escrita, a comunicação, as ideias e os pensamentos, e, dessa maneira, poder resolver problemas do seu cotidiano, ou seja, a alfabetização não é somente uma etapa de um processo de aprendizagem, pois vai além, tendo em vista que o indivíduo necessita a todo momento estar antenado com o aprendizado. Ninguém consegue crescer na vida sem possuir uma formação integral e eficaz, por necessitar desde os pequenos conhecimentos até mesmo os conceitos mais complexos, tendo em vista que todos estão atrelados a um processo de alfabetização eficiente e eficaz, que faz com que o ser humano consiga aprender “coisas” novas no decorrer de sua vida.

A alfabetização coloca nas mãos do indivíduo a apropriação de conhecimentos para alçar saberes maiores e, dessa maneira, influencia de forma crítica e ativa a sociedade em que vive. Uma pessoa que não foi alfabetizada ou que possua problemas de alfabetização, portanto, vai ter dificuldades para utilizar os conhecimentos que a sociedade dispõe. Dessa forma, alfabetizar não é apenas ensinar um conjunto de técnicas, mas promover uma compreensão crítica e contextual da linguagem.

1.2 O processo de alfabetização em documentos oficiais

O que é analfabetismo? É a condição do ser humano que não aprendeu a ler e escrever. O analfabetismo dificulta o acesso à informação, diminui oportunidades de emprego e, consequentemente, leva o indivíduo a uma exclusão social. Esses aspectos fazem com que a pessoa se submeta e tenda a aceitar de forma acrítica o mínimo da sociedade.

Diversos fatores influenciam os índices de analfabetismo, como, por exemplo: a falta ou o precário acesso à educação, a qualidade da educação, as condições socioeconômicas e as atitudes culturais da população em relação à educação.

Os principais tipos de analfabetismo que existem são o absoluto e o funcional, que também é conhecido como iletrismo. O analfabetismo absoluto é aquele que não possui nenhuma capacidade no que se refere a ler palavras, códigos e símbolos e a escrever. O analfabetismo funcional ou iletrismo é aquele que acomete pessoas que frequentaram ambientes escolares, mas não conseguiram adquirir habilidades referentes a leitura e escrita, segundo Magda Soares (2003, p.22).

Lamentavelmente de acordo com os dados mais recentes do IBGE (2022), a taxa de analfabetismo no Brasil, em 2022, foi de 7%. Isso corresponde a 11,4 milhões de pessoas. Esse número é menor do que o de 2010, quando a taxa era de 9,6%. Porém, essa taxa não é igual em todo o território brasileiro, visto que há muita disparidade no que se refere ao analfabetismo no território brasileiro.

Ainda, de acordo com o IBGE (2022):

- A taxa de analfabetismo entre pretos é de 10,1%, entre pardos é de 8,8%, e entre indígenas é de 16,1%.
- A taxa de analfabetismo no Nordeste é de 14,2%, o dobro da média nacional.
- A taxa de analfabetismo nos municípios com 10.001 a 20.000 habitantes é de 13,6%, mais de quatro vezes a taxa dos municípios com mais de 500.000 habitantes.

Diante desses fatos, observa-se que o analfabetismo é maior entre os pretos e os pardos, os nordestinos e os habitantes de pequenos municípios, o que demonstra a desigualdade existente no Brasil.

Pessoas analfabetas, por exemplo, passam por muitas dificuldades em sua vida, enfrentam dificuldades em tarefas consideradas simples do dia a dia, como pegar um ônibus, ler nomes de ruas ou mesmo uma bula de remédio. Essas limitações atingem drasticamente a autonomia e a participação destes indivíduos na sociedade, o que acaba resultando em exclusão social.

Sobre isso, Paulo Freire (1987, p.17) afirmou que

O analfabetismo é uma das formas concretas e visíveis da injustiça social. É uma expressão da opressão e, ao mesmo tempo, uma condição para a sua permanência. Um povo analfabeto é um povo fácil de ser enganado e dominado, pois ele se vê privado de uma das formas essenciais de compreensão crítica do mundo.

As causas do analfabetismo variam muito de uma sociedade para outra. Muitas pessoas, nunca foram à escola, por precisarem trabalhar desde a tenra idade ou por falta de estabelecimentos de ensino próximos de casa, ou outro aspectos culturais (SOARES, 2003, p.30). Em nosso país, ainda é comum em pequenas comunidades ser vedado o acesso à educação às mulheres. Tudo isso corrobora para, ainda em pleno século XXI, existirem analfabetos no país.

Outra causa do analfabetismo está centrada na baixa qualidade do sistema educacional e, consequentemente, na sua ineficiência, gerando, assim, analfabetos funcionais por exemplo.

Um outro fator responsável pelo analfabetismo no Brasil é a evasão escolar, principalmente no ensino médio e na educação de jovens e adultos (EJA), pois estes alunos evadidos não conseguem concluir seus estudos, parando em parte dele.

As consequências do analfabetismo são visíveis no cotidiano de lugares que têm taxas expressivas. Essas consequências perpassam por pobreza, falta de acesso a uma educação de qualidade, disparidade nos salários no que se referem a gênero, cor e raça etc. Todos esses problemas impactam a qualidade de vida de um povo.

Faz-se imprescindível, portanto, medidas que foquem na diminuição desse problema, que vão desde, principalmente, a melhoria do acesso à educação, à capacitação contínua de professores e à promoção de programas de alfabetização para adultos. Pois a alfabetização é necessária para que os indivíduos que enfrentam grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho possam competir em igualdade de condições.

Observa-se, assim, que o único caminho para a emancipação de um indivíduo passa pela educação, mas não qualquer uma: uma educação de qualidade, em que os educandos possam se alfabetizar de forma eficiente e eficaz, em que os estabelecimentos educacionais, possam realizar seus trabalhos com qualidade e contribuir para o desenvolvimento da nação.

1.3 A alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

A alfabetização é um dos temas centrais tanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) quanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil.

Ambos os documentos têm o objetivo de guiar a prática pedagógica nas escolas brasileiras, garantindo que a alfabetização seja um direito acessível a todas as crianças.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são documentos oficiais lançados pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil entre 1997 e 1998, que oferecem diretrizes para o ensino na educação básica. Eles foram elaborados para padronizar e orientar a prática pedagógica em escolas de todo o país, com o objetivo de garantir a qualidade e a equidade na educação.

Conforme o próprio documento dos PCNs (1997, p.50):

Os Parâmetros Curriculares Nacionais têm por objetivo oferecer referências para que os sistemas educacionais de todo o país possam organizar seus currículos e práticas pedagógicas, respeitando as diversidades regionais e promovendo a igualdade de oportunidades.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), quando criou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997, p.56-57), teve como propósito o intuito de alcançar alguns objetivos principais, que foram elencados da seguinte forma:

1. **Estabelecer Diretrizes Comuns:** Os PCNs visavam estabelecer um conjunto de diretrizes comuns para a educação básica, incluindo Ensino Fundamental e Médio, de modo a unificar e orientar o trabalho pedagógico nas escolas brasileiras, independentemente da região. Isso ajuda a reduzir desigualdades educacionais e a garantir um mínimo de qualidade no ensino.
2. **Garantir a Qualidade e a Equidade:** Com a criação dos PCNs, o MEC buscou promover uma educação de qualidade acessível a todos, oferecendo conteúdos e habilidades essenciais que todos os alunos devem adquirir. Assim, os PCNs são um passo importante para a construção de uma educação mais justa e equitativa.
3. **Incluir Temas Transversais:** Além das disciplinas tradicionais, os PCNs introduzem "temas transversais" – assuntos como ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e orientação sexual. Esses temas são considerados essenciais para a formação cidadã e devem ser abordados de forma integrada às disciplinas, promovendo uma educação que também valorize questões sociais e éticas.
4. **Orientar a Prática Pedagógica:** Os PCNs oferecem orientações sobre metodologias e abordagens pedagógicas para guiar professores na prática em sala de aula. Em vez de impor um currículo rígido, eles funcionam como um guia, incentivando práticas que respeitem o ritmo de cada aluno e promovam a autonomia e o pensamento crítico.
5. **Promover a Formação Integral do Aluno:** Os PCNs incentivam o desenvolvimento integral do aluno, abordando não apenas o aprendizado de conteúdos específicos, mas também o desenvolvimento de valores, atitudes e habilidades que são importantes para a vida em sociedade, como cooperação, respeito e responsabilidade.

Os objetivos dos PCNs corroboram para a formação integral do aluno, haja vista que eles abrangem orientações que vão desde a orientação pedagógica até a promoção da formação integral. Além disso os PCNs são divididos por áreas do conhecimento e por etapas de ensino. No Ensino Fundamental, por exemplo, eles são organizados em áreas como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, Geografia, História, Arte e Educação Física. Para cada área, os documentos trazem os conteúdos e os objetivos de aprendizagem, sugerindo habilidades e competências que os alunos devem desenvolver.

Os PCNs foram um marco na educação brasileira, pois ajudaram a estruturar e a uniformizar a educação básica em todo o país. Além disso, ao introduzirem temas transversais e metodologias voltadas ao desenvolvimento integral do aluno, os PCNs contribuíram para uma visão de educação que vai além dos conteúdos disciplinares, promovendo também valores essenciais para a cidadania.

Hoje, os PCNs foram complementados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que trouxe um currículo ainda mais detalhado e com expectativas de aprendizagem específicas para cada etapa. Os PCNs permanecem como uma referência importante e um passo significativo para a melhoria da educação no Brasil, pois trouxeram uma visão mais ampla e consistente do ensino.

Nos PCNs, a alfabetização é vista como um processo amplo que vai além de ensinar a ler e a escrever. Ela é entendida como parte de um processo que visa o desenvolvimento da capacidade de compreender e usar a língua escrita em diferentes contextos sociais. Essa visão reconhece que o ato de alfabetizar não é apenas uma questão técnica de decodificação de letras e palavras, mas sim uma prática social que envolve entender e produzir textos significativos no mundo ao redor.

Os PCNs (1997, p.72) abordam a alfabetização com alguns princípios fundamentais:

1. **Processo Construtivista:** A alfabetização nos PCNs é orientada por uma abordagem construtivista, na qual o aluno é o protagonista do seu próprio processo de aprendizagem. A criança é incentivada a construir o seu entendimento da leitura e escrita com base em suas experiências e descobertas, com o professor atuando como mediador e facilitador.

2. **Integração de Leitura e Escrita:** Os PCNs destacam a importância de integrar a leitura e a escrita em atividades significativas desde os primeiros anos escolares. Isso ajuda as crianças a perceberem a funcionalidade da língua e a aplicarem o que aprendem em situações reais, favorecendo um aprendizado mais natural e motivador.

3. **Respeito ao Ritmo de Aprendizagem:** A proposta dos PCNs valoriza o respeito ao ritmo individual das crianças. Eles sugerem que cada aluno tem seu próprio tempo para aprender e, por isso, as práticas pedagógicas devem ser flexíveis, adaptando-se às necessidades específicas de cada criança. Essa postura favorece um ambiente inclusivo e acolhedor.

4. **Letramento e Função Social da Linguagem:** Os PCNs propõem que a alfabetização deve estar ligada a práticas sociais de leitura e escrita, incentivando o desenvolvimento de habilidades que permitam a interação em diferentes contextos sociais. Com isso, a alfabetização passa a ter um papel fundamental na formação de cidadãos capazes de compreender e participar do mundo ao seu redor de forma crítica e ativa.

A alfabetização é tratada nos PCNs de forma bem diferente do que vinha sendo até então. Antes, o processo alfabetizatório consistia apenas em um método repetitivo que não permitia um diálogo entre os professores e educandos, já os parâmetros apresentam a alfabetização como um processo bem amplo, que vai desde o conhecimento prévio do que o aluno traz à escola, seu ritmo de aprendizado, até a função crítica do ato de alfabetizar. O “alfabetizar” não se restringe apenas a uma etapa escolar, pois permeia a formação de um educando em sua integralidade.

Nos PCNs (1997, p. 56-57), os objetivos da alfabetização incluem:

- Desenvolver a capacidade de leitura e escrita de forma crítica e consciente.
- Promover o uso da linguagem escrita em contextos diversos, mostrando a importância da língua na vida social.
- Valorizar a expressão pessoal e a comunicação, estimulando o aluno a se posicionar e a expressar suas ideias por meio da leitura e da escrita.
- Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao proporcionar a todos os alunos o acesso ao conhecimento e à possibilidade de participação ativa na vida social.

Os PCNs foram um avanço significativo na educação brasileira, pois trouxeram uma visão de alfabetização mais abrangente e inclusiva. Eles ajudaram a orientar escolas e professores a desenvolverem práticas pedagógicas que priorizam o aprendizado de todos os alunos. Ao incluir a alfabetização como parte de um processo de formação integral, os PCNs contribuem para a construção de uma sociedade em que todos possam ter maior acesso ao conhecimento e às oportunidades.

Essa visão, de que a alfabetização é mais do que ensinar a ler e escrever, e formar cidadãos críticos e autônomos, capazes de compreender e transformar o mundo ao seu redor, fundamenta-se na valorização do papel social da língua e na construção do conhecimento de maneira significativa e conectada à vida real, uma perspectiva que continua influenciando o ensino de alfabetização no Brasil.

A alfabetização, conforme abordada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é um processo fundamental e complexo, que vai além da simples habilidade de decodificação de textos, sons e simbolos. Os PCNs entendem a alfabetização como um processo de inserção cultural e social, em que o aluno aprende a ler e a escrever, ao mesmo tempo que comprehende o uso funcional e reflexivo da linguagem em contextos variados. Nessa perspectiva, o ato de alfabetizar deve levar em consideração as diferentes realidades sociais, econômicas e culturais dos estudantes, valorizando suas experiências e seus conhecimentos prévios.

Para os PCNs, é crucial que o processo de alfabetização seja orientado por práticas pedagógicas significativas, que relacionem o aprendizado da língua à construção de sentido, ao desenvolvimento do pensamento crítico e à capacidade de expressão. Essa perspectiva valoriza uma educação que seja inclusiva e voltada para a diversidade, de modo que as especificidades culturais e regionais dos alunos sejam respeitadas e valorizadas dentro do processo de ensino. Assim, a alfabetização é vista como uma prática social que ocorre em diferentes contextos e situações comunicativas, e não apenas como uma competência a ser adquirida dentro da escola.

Os PCNs também sugerem que o processo de alfabetização seja construído a partir de metodologias diversificadas e contextualizadas, incentivando o professor a atuar como mediador do conhecimento. O docente deve criar um ambiente de aprendizagem que estimule a interação entre os alunos, incentivando-os a compartilhar suas experiências e explorar o uso da linguagem em contextos variados e significativos. Além disso, os PCNs ressaltam a importância de utilizar diferentes gêneros textuais e mídias para enriquecer o processo de alfabetização, ampliando o repertório linguístico e cultural dos estudantes. Através de atividades que explorem a leitura e a produção de textos de diferentes tipos e gêneros, como

descrições e narrativas, notícias, cartas e poesias, os alunos serão estimulados a compreender a linguagem como um meio de comunicação e expressão.

Outro aspecto essencial na visão dos PCNs é o desenvolvimento de uma consciência crítica nos alunos desde a fase inicial da alfabetização. Eles devem aprender a questionar, interpretar e posicionar-se diante dos textos, compreendendo a linguagem como uma ferramenta de poder e influência. Os PCNs recomendam que, no processo de alfabetização, se trabalhe não só a compreensão de textos escritos, mas também o uso da linguagem oral e dos meios de comunicação como espaços de expressão e debate. Essa proposta visa formar indivíduos conscientes de seu papel como leitores e autores de textos, capazes de participar ativamente na sociedade e de construir e defender suas próprias ideias e valores.

Em síntese, os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem que a alfabetização seja um processo de construção coletiva e significativa, em que o aluno não é um receptor passivo de informações, mas sim um sujeito ativo e reflexivo. Esse processo contribui para formar leitores e escritores autônomos e críticos, que compreendam o valor da linguagem na construção de uma sociedade democrática. Ao incluir essa perspectiva nos currículos escolares, os PCNs reforçam a importância da alfabetização como base para a formação de cidadãos conscientes e atuantes, promovendo uma educação que respeite a diversidade cultural, estimule o pensamento crítico e prepare os alunos para os desafios da vida em sociedade.

1.4 A alfabetização e a BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que todos os alunos da educação básica devem ter no Brasil. Ela foi criada pelo Ministério da Educação (MEC) e implementada a partir de 2017, com o objetivo de padronizar e orientar o que deve ser ensinado nas escolas brasileiras, promovendo equidade e qualidade no ensino para todos os alunos, independentemente de sua localização ou contexto socioeconômico.

A BNCC foi criada com o intuito de construir um sistema educacional preocupado com uma educação de qualidade, que vise a formação integral crítica e consciente dos educandos.

A BNCC (2017, p.7-8) apresenta os seguintes objetivos:

1. **Unificar o Currículo Nacional:** A BNCC estabelece uma base comum para os currículos das escolas públicas e privadas de todo o país, garantindo que todos os estudantes, de norte a sul do Brasil, tenham acesso aos mesmos conteúdos e habilidades essenciais.
2. **Promover a Equidade e Qualidade na Educação:** Ao definir uma série de competências e habilidades que todos os alunos devem desenvolver, a BNCC busca reduzir as desigualdades educacionais e assegurar que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.
3. **Organizar a Educação Básica em Competências e Habilidades:** A BNCC estrutura o aprendizado em competências (conjuntos de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e habilidades específicas que devem ser desenvolvidas ao longo de cada etapa da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).
4. **Desenvolver a Formação Integral do Aluno:** A BNCC valoriza não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a formação integral dos alunos, incluindo aspectos sociais, emocionais, éticos e culturais, para formar cidadãos conscientes, críticos e preparados para a vida em sociedade.

Para atingi-los a BNCC (2017, p.24) é dividida em três etapas principais da educação básica:

- **Educação Infantil:** Focada no desenvolvimento integral da criança nos primeiros anos de vida (creche e pré-escola), trabalhando com cinco campos de experiência que estimulam a expressão, a exploração do ambiente, a convivência e o aprendizado por meio de brincadeiras e atividades lúdicas.
- **Ensino Fundamental:** Abrange do 1º ao 9º ano, dividido entre os Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e os Anos Finais (6º ao 9º ano). Nessa etapa, a BNCC organiza o aprendizado em disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, entre outras, e define habilidades e competências específicas que devem ser desenvolvidas em cada série.
- **Ensino Médio:** Estruturado para preparar os alunos para o mercado de trabalho, o ensino superior e a vida em sociedade. Além das áreas tradicionais do conhecimento, a BNCC do Ensino Médio possibilita o aprofundamento de temas específicos de acordo com o interesse do aluno, por meio dos "itinerários formativos".

A BNCC preocupa-se com todos os níveis educacionais, pois prioriza pela educação de qualidade destinada a todos, por isso o conhecimento é dividido em etapas, e, essas etapas são desenvolvidas de forma a uma complementar a outra, de modo que o ensino não é compartmentalizado, mas, sim, integralizado. Para que isso ocorra, a BNCC estabelece competências gerais que devem ser desenvolvidas nos alunos, independentemente de etapa escolar.

A BNCC (2017, p.9-10) estabelece 10 competências gerais, que são os objetivos principais de formação de todos os alunos, como:

1. Conhecimento
2. Pensamento científico, crítico e criativo
3. Repertório cultural
4. Comunicação
5. Cultura digital
6. Trabalho e projeto de vida
7. Argumentação
8. Autoconhecimento e autocuidado
9. Empatia e cooperação
10. Responsabilidade e cidadania

Essas competências visam não apenas ao sucesso acadêmico, mas também ao desenvolvimento de habilidades que permitam ao aluno enfrentar os desafios da vida moderna.

A BNCC representa uma transformação importante na educação brasileira, pois orienta todos os estados e os municípios a criarem currículos alinhados a um padrão nacional, o que busca garantir um ensino mais justo e de qualidade para todos. Ela é um passo significativo para reduzir as disparidades regionais na educação e fortalecer o papel da escola na formação de cidadãos preparados para o mundo contemporâneo.

A alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é considerada um processo essencial e prioritário, especialmente nos primeiros anos da Educação Básica. A BNCC, implementada em 2017, estabelece diretrizes e objetivos claros para o processo de alfabetização no Brasil, visando garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade e estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

A BNCC define a alfabetização como uma etapa essencial para que os alunos desenvolvam habilidades de leitura e escrita, e para que compreendam o sistema alfabético de forma a usá-lo em diferentes contextos sociais. Os principais objetivos da alfabetização na BNCC (2017, p. 89-90) incluem:

1. **Desenvolver Habilidades de Leitura e Escrita:** A BNCC estabelece que os alunos devem ser alfabetizados até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Durante esse período, as crianças devem aprender a decodificar e compreender palavras e textos, além de desenvolver a capacidade de se expressar por meio da escrita.

2. **Introduzir a Consciência Fonológica e o Sistema Alfabetico:** Um dos pilares da alfabetização na BNCC é o desenvolvimento da consciência fonológica, que é a capacidade de perceber e manipular sons da fala. Esse processo facilita a compreensão do sistema alfabetico, essencial para a leitura e escrita.

3. **Promover o Letramento:** A BNCC faz uma distinção entre alfabetização e letramento, considerando ambos fundamentais para o aprendizado. A alfabetização é o domínio da leitura e escrita, enquanto o letramento se refere à capacidade de utilizar essas habilidades em práticas sociais. A BNCC promove o letramento desde os primeiros anos, integrando-o com atividades de leitura e produção de texto significativas.

4. **Desenvolver a Leitura Crítica e Autônoma:** A BNCC busca não só ensinar a ler e escrever, mas também formar leitores críticos e autônomos. As habilidades de leitura e interpretação são desenvolvidas para que os alunos possam compreender e refletir sobre o mundo ao seu redor.

5. **Garantir a Inclusão e a Equidade:** A BNCC estabelece uma base curricular comum para todas as escolas do país, o que contribui para reduzir desigualdades educacionais. Ao garantir que todos os alunos recebam o mesmo padrão de ensino, a BNCC busca promover a equidade na educação.

Na BNCC, a alfabetização está dentro do componente curricular de Língua Portuguesa e está organizada por habilidades que devem ser desenvolvidas nos primeiros dois anos do Ensino Fundamental. Cada habilidade é descrita de forma específica e está voltada ao desenvolvimento das competências de leitura, escrita e interpretação.

A BNCC também enfatiza a necessidade de atividades que integrem os alunos em práticas sociais de linguagem, como a leitura de histórias, a produção de pequenos textos e a interação oral. Com isso, a alfabetização vai além do aprendizado técnico e incentiva a participação ativa e o engajamento dos alunos.

A alfabetização é um dos processos centrais abordados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo considerada fundamental para o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e interpretação, essenciais para a formação integral dos estudantes. Na BNCC, a alfabetização vai além do aprendizado técnico da leitura e da escrita, e é vista como um processo complexo que envolve a compreensão e o uso crítico da língua em contextos diversos, visando formar cidadãos que possam participar de forma ativa e reflexiva na sociedade.

A BNCC organiza o processo de alfabetização como parte da área de Linguagens, trazendo orientações para o desenvolvimento de habilidades que capacitem o aluno a dominar as práticas de leitura e escrita, além de interpretá-las e aplicá-las em sua vida cotidiana. Esse processo, conforme a BNCC, deve ocorrer

preferencialmente até o 2º ano do Ensino Fundamental, respeitando o ritmo e as características de cada criança. A ideia é garantir que, até essa etapa, todos os estudantes estejam alfabetizados e tenham adquirido as competências necessárias para compreender e se expressar adequadamente, utilizando a leitura e a escrita em contextos reais.

A abordagem da alfabetização na BNCC considera a diversidade cultural, social e regional dos alunos, promovendo uma prática inclusiva que valoriza as experiências e o conhecimento prévio de cada um. Além disso, a Base propõe que a alfabetização seja integrada ao desenvolvimento de outras competências e habilidades, como a oralidade, a expressão artística e o letramento digital. Isso significa que, ao mesmo tempo em que aprende a ler e a escrever, o estudante também se desenvolve como um ser social, apto a comunicar-se, a compreender e a interagir com as diversas linguagens presentes em seu ambiente.

Outro ponto importante abordado pela BNCC é a progressão das habilidades de alfabetização ao longo do Ensino Fundamental I. No início desse processo, os alunos são introduzidos ao sistema alfabético, aprendendo a identificar letras e sílabas, até conseguirem formar palavras e frases. Com o avanço dos anos, eles desenvolvem a capacidade de interpretar textos mais complexos e de utilizar a leitura e a escrita de maneira funcional e significativa. Esse percurso de aprendizagem é apoiado por metodologias diversificadas, com atividades que incentivam a leitura e a produção de textos de variados tipos e gêneros, para que a criança amplie seu repertório e compreenda o uso da língua em diferentes contextos.

A BNCC destaca também a importância do professor como mediador do processo de alfabetização. Ele tem o papel de criar um ambiente de aprendizagem rico e estimulante, com materiais variados e atividades que incentivem a curiosidade e o interesse pela leitura e pela escrita. A Base sugere que o ensino da leitura e escrita seja realizado de forma lúdica e significativa, integrando jogos, brincadeiras e atividades interativas que despertem a motivação das crianças e respeitem as características individuais de cada aluno. O objetivo é que o processo de alfabetização seja prazeroso, valorizando as conquistas e respeitando os desafios de cada um.

Segundo a BNCC a alfabetização deve promover a compreensão da língua como prática social, possibilitando que o aluno compreenda os usos da leitura e da escrita em seu cotidiano e nos diversos meios de comunicação. A alfabetização digital é, portanto, um componente relevante na formação dos alunos, preparando-os para uma sociedade cada vez mais conectada e baseada em informações digitais.

Outro aspecto importante é a formação de um olhar crítico nos alunos. A BNCC incentiva que o processo de alfabetização e letramento envolva a análise e interpretação dos textos, para que os estudantes possam questionar, opinar e refletir sobre o que leem. Esse desenvolvimento do pensamento crítico busca formar leitores e escritores autônomos, capazes de compreender o texto em profundidade e de utilizá-lo como instrumento de construção de conhecimento e de expressão. Para tanto, a BNCC propõe o uso de estratégias pedagógicas que promovam a interpretação e a produção de textos como práticas significativas e contextualizadas.

A alfabetização ainda que vista por ambos os documentos como um processo primordial dentro do caminho educacional dos alunos, apresenta algumas diferenças nos PCNs (1997) e na BNCC (2017). São elas:

- Objetivos Específicos: Enquanto os PCNs ofereciam orientações mais gerais, a BNCC apresenta habilidades e competências específicas que devem ser alcançadas em cada ano, estabelecendo metas claras para a alfabetização.
- Idade para a Alfabetização: A BNCC especifica que todas as crianças devem estar alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, enquanto os PCNs permitiam mais flexibilidade e valorizavam o ritmo individual de cada criança.
- Integração com o Letramento: Embora ambos os documentos valorizem o letramento, a BNCC define explicitamente que a alfabetização deve estar integrada a práticas sociais e ao letramento, promovendo o uso da língua escrita de forma funcional e contextualizada.

A alfabetização na BNCC e nos PCNs é considerada um direito de todas as crianças e uma etapa fundamental para o desenvolvimento educacional. A BNCC e os PCNs veem a alfabetização como uma base para a aprendizagem em todas as áreas do conhecimento, além de um meio para a formação de cidadãos críticos e atuantes. Ao estabelecer uma base comum para o processo de alfabetização, a BNCC e os PCNs buscam garantir que todos os alunos, independentemente de sua região ou condição social, tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado.

A BNCC representa um esforço significativo para melhorar a alfabetização no Brasil, promovendo uma formação sólida e uma educação mais equitativa desde os primeiros anos de vida escolar.

Tanto os PCNs quanto a BNCC reconhecem a importância da alfabetização como um direito e uma base para o desenvolvimento das demais competências. A BNCC, ao trazer objetivos específicos, busca alinhar a alfabetização em todo o Brasil e garantir que as crianças estejam plenamente alfabetizadas em um momento crítico do seu desenvolvimento acadêmico.

Em suma, observa-se que os PCNs enfatizavam uma abordagem construtivista e flexível, com foco na individualidade do aluno e no letramento, e a BNCC trouxe uma padronização mais rígida com metas específicas para assegurar que todos os alunos sejam alfabetizados em tempo hábil. Ambos os documentos, porém, reconhecem a alfabetização como essencial para a formação cidadã e o desenvolvimento crítico, sendo que a BNCC reflete um esforço atual para melhorar os índices de alfabetização no Brasil.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido utilizando a pesquisa bibliográfica como metodologia, pela necessidade de compreender e explorar os conhecimentos já produzidos sobre o tema estudado. Essa abordagem permitiu realizar uma análise crítica e aprofundada de livros, artigos científicos e outros materiais, com o objetivo de identificar conceitos, teorias e debates relevantes que embasaram a investigação. Além disso, a pesquisa bibliográfica foi essencial para identificar lacunas no conhecimento e contextualizar o estudo dentro do panorama acadêmico existente.

Outro fator determinante na escolha dessa metodologia foi a acessibilidade e abrangência. Por meio da consulta a fontes confiáveis e reconhecidas, pôde ser construída uma base sólida para o desenvolvimento do presente trabalho. A pesquisa bibliográfica, portanto, não apenas contribuiu para a consolidação do marco teórico e metodológico do trabalho, mas também fomentou o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o tema, estimulando a reflexão acadêmica e a construção de novos conhecimentos.

A escolha da pesquisa bibliográfica tem como objetivo, explorar e compreender os conhecimentos já produzidos sobre o tema da alfabetização, conforme abordado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Algumas razões foram primordiais para a escolha da metodologia utilizada entre elas:

- O aprofundamento teórico, pois a pesquisa bibliográfica permitiu realizar uma análise crítica e detalhada de obras consagradas na área da alfabetização, como os trabalhos de Paulo Freire, Magda Soares e Emilia Ferreiro. Isso ajudou a construir uma base teórica sólida, contextualizando o tema no panorama acadêmico e educacional;

- A abrangência e acessibilidade de fontes confiáveis como livros, artigos científicos e documentos oficiais, o que possibilitou consolidar um entendimento amplo e fundamentado sobre a alfabetização, sem a necessidade de coleta empírica;

- A reflexão crítica que a pesquisa bibliográfica escolhida favoreceu, possibilitando assim a identificação de lacunas na literatura existente, ampliando as possibilidades de debate acadêmico e indicando caminhos para futuras investigações.

Essa abordagem foi essencial para atingir os objetivos do estudo, que incluíram a análise comparativa entre os conceitos de alfabetização nos PCNs e na BNCC e a avaliação do impacto dessas diretrizes na prática pedagógica e no desenvolvimento de competências de leitura dos estudantes. O método bibliográfico, além de acessível, alinhou-se ao propósito de consolidar um marco teórico relevante, apoiando a reflexão e a compreensão crítica do objeto de estudo.

Cabe ressaltar que os dados coletados foram organizados em categorias temáticas como: conceito de alfabetização e, alfabetização nos PCNS (1997) e BNCC (2017), que refletiam os aspectos centrais do objeto de estudo. Essa categorização mostrou-se necessária, pois permitiu a estruturação lógica da análise, possibilitando uma abordagem sistemática e aprofundada. Cada categoria correspondeu a um tema-chave identificado durante a revisão da literatura, facilitando a conexão entre os diferentes conceitos e teorias abordados.

3. ANÁLISE DOS DADOS

A alfabetização, conforme abordado no trabalho, é muito mais do que o simples aprendizado técnico de leitura e escrita. Ela é um processo abrangente que envolve o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e culturais, essenciais para a formação integral do indivíduo. Essa abordagem é sustentada por teóricos como Paulo Freire, Magda Soares e Emilia Ferreiro, que oferecem perspectivas complementares sobre o tema.

Os dados apresentados no documento revelam um cenário preocupante em relação ao analfabetismo no Brasil. Segundo o IBGE (2022), a taxa de analfabetismo no país é de 7%, o que equivale a 11,4 milhões de pessoas. Apesar de ser um avanço em relação aos 9,6% registrados em 2010, as disparidades regionais e sociais permanecem significativas:

- Região Nordeste: Taxa de analfabetismo de 14,2%, o dobro da média nacional.
- Grupos sociais vulneráveis: Índices de 10,1% entre pretos, 8,8% entre pardos e 16,1% entre indígenas.
- Municípios menores: Taxas de 13,6% em localidades com 10.001 a 20.000 habitantes, contrastando com 3% em grandes centros urbanos.

Esses números refletem desigualdades estruturais que limitam o acesso à educação de qualidade, especialmente para populações marginalizadas. O impacto vai além da esfera educacional, restringindo oportunidades de emprego e participação social, perpetuando ciclos de exclusão.

A análise do documento evidencia a contribuição teórica de autores renomados. Paulo Freire (1987), por exemplo, define a alfabetização como um ato político e emancipador, que transcende a técnica e promove uma "leitura do mundo". Magda Soares (2003) enfatiza a aquisição do código escrito, enquanto Emilia Ferreiro (1996) aborda o processo cognitivo e o desenvolvimento individual da criança.

Essas perspectivas convergem ao destacar que a alfabetização é um processo contínuo, dependente do contexto sociocultural e das interações sociais. Entretanto, cada autor traz um foco distinto:

- Freire (1987): Enfatiza a transformação social e a conscientização crítica.
- Soares (2003): Destaca a funcionalidade prática e a relevância da aprendizagem.
- Ferreiro (1996): Explora as etapas cognitivas e o papel ativo do aprendiz.

Esses autores compartilham a visão de que a alfabetização é uma ferramenta essencial para a cidadania, mas suas abordagens se complementam ao destacar diferentes dimensões: o contexto social, a funcionalidade prática e os aspectos cognitivos.

A comparação entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) revela avanços e desafios no campo educacional. Ambos os documentos reconhecem a alfabetização como base para o desenvolvimento humano e cidadania, mas apresentam abordagens distintas:

- PCNs (1997): Adotam uma visão construtivista e flexível, respeitando o ritmo individual dos alunos e integrando práticas sociais ao aprendizado.
- BNCC (2017): Propõe metas claras, como a alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental, e enfatiza a equidade por meio de um currículo padronizado.

Apesar das diferenças, ambos os documentos refletem esforços para melhorar os índices de alfabetização e promover uma educação mais eficaz. Enquanto os PCNs enfatizam a individualidade e o protagonismo do aluno, a BNCC busca garantir equidade e resultados mensuráveis, promovendo um alinhamento curricular em nível nacional. Essa complementaridade entre os documentos oferece uma base sólida para avanços na educação.

A análise destaca a importância de políticas públicas que combatam o analfabetismo e reduzam desigualdades educacionais. Medidas como a ampliação do acesso à educação, a capacitação contínua de professores e a inclusão de metodologias diversificadas podem contribuir para alcançar esses objetivos.

A alfabetização, como evidenciado no documento, é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento pessoal e social. Ela capacita os indivíduos a compreenderem e transformarem sua realidade, fortalecendo os alicerces de uma sociedade mais justa e igualitária.

A alfabetização é muito mais do que uma habilidade técnica; ela é uma ferramenta de transformação social e de empoderamento individual. Os dados apresentados mostram que, embora o Brasil tenha avançado, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

O documento reforça que a alfabetização deve ser vista como uma prioridade nacional, sendo indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao integrar as perspectivas teóricas de Freire, Soares e Ferreiro com os dados do IBGE e as diretrizes dos documentos oficiais, o trabalho oferece uma visão abrangente e fundamentada do tema.

Por fim, ao abordar o papel transformador da alfabetização, é possível reafirmar seu impacto no fortalecimento da cidadania e na construção de um futuro mais igualitário para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução do presente trabalho de conclusão de curso, destacamos a importância da alfabetização, que vai além da decodificação de letras e palavras. O processo de alfabetização é influenciado não só por ambientes alfabetizadores, mas também pelo incentivo familiar. A alfabetização é abordada como um ato político e emancipador, conforme as ideias de Paulo Freire (1987), que enxerga o ensino como uma forma de criar possibilidades para a construção do conhecimento e a transformação da realidade.

Para Paulo Freire (1987), a alfabetização transcende a simples aprendizagem de ler e escrever, sendo crucial para o desenvolvimento cognitivo e crítico, e para a inclusão social e econômica, visto o prestígio da educação formal na nossa sociedade. O presente trabalho buscou analisar, portanto, os fatores que influenciam esse processo, apresentando e analisando metodologias pedagógicas atuais e discutindo políticas públicas que promovam acesso igualitário à educação e principalmente através dos documentos oficiais, que são a BNCC e os PCNs.

Dividido em capítulos, nosso trabalho aborda a definição e a relevância da alfabetização, sua abordagem nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a análise dos dados da pesquisa bibliográfica realizada, finalizando com considerações sobre o papel da alfabetização na formação de cidadãos ativos. Assim, contribui para fortalecer o compromisso social da educação e promover uma sociedade mais equitativa e informada.

No capítulo referente à fundamentação teórica do nosso trabalho, mostra-se como a alfabetização é um processo essencial para o desenvolvimento humano e a transformação social a partir dos trabalhos de autores como Magda Soares (2003), Paulo Freire (1987) e Ferreiro (1996).

A alfabetização é destacada por Magda Soares (2003), por exemplo, como um processo contínuo e multidimensional, que vai além da decodificação de palavras, sendo um elemento essencial para a cidadania ativa. Outros autores, como Paulo Freire (1987) e Emília Ferreiro (1996) enfatizam sua natureza transformadora, vinculada à construção do conhecimento e à interação social. A

alfabetização, segundo Freire (1987), é um ato de conscientização e libertação, e, para Ferreiro (1996), o processo ocorre em etapas, influenciado pelo ambiente social e pelo ritmo individual da criança.

A fundamentação teórica apresenta também a sua contraparte, ou seja, o analfabetismo, destacando suas consequências sociais, como exclusão e dificuldade de acesso a direitos básicos. Dados do IBGE (2022) mostram que o analfabetismo no Brasil é mais prevalente em regiões menos favorecidas e entre grupos vulneráveis, o que reforça a urgência de políticas educacionais inclusivas e efetivas.

Para combater o analfabetismo, na década de 1990 e início dos anos 2000, os PCNs (1997) propõem uma abordagem construtivista, na qual o aluno é protagonista do processo de aprendizagem. A alfabetização é compreendida como parte de um processo maior de letramento e formação integral, respeitando o ritmo individual de cada estudante e promovendo práticas pedagógicas inclusivas.

A BNCC (2017), documento mais atual e complementar dos PCNs (1997), referente ao processo de alfabetização, estabelece metas específicas, como a alfabetização plena até o 2º ano do Ensino Fundamental. A BNCC (2017), assim como os PCNs (1997), também busca promover a equidade educacional e o desenvolvimento integral dos estudantes, alinhando currículos em nível nacional para reduzir desigualdades regionais.

A fundamentação reforça, por fim, a alfabetização como prática social essencial, indispensável para o empoderamento individual e a construção de uma sociedade mais equitativa. A comparação entre os PCNs (1997) e a BNCC (2017) revela avanços no alinhamento de objetivos e na integração de práticas sociais ao ensino da leitura e da escrita. Como pôde-se constatar, ambos os documentos enfatizam a alfabetização como base para a formação crítica e cidadã, evidenciando seu papel central na educação e no desenvolvimento humano.

O presente trabalho foi embasado utilizando-se, para isso, da pesquisa bibliográfica, na qual foi realizada uma curadoria a partir de materiais já publicados sobre o tema, como livros, documentos oficiais e outras fontes relevantes. Objetivou-

se, com isso, um panorama teórico aprofundado sobre o tema escolhido, contribuindo para a compreensão crítica e fundamentada do objeto de estudo.

Observou-se que Paulo Freire, Magda Soares e Emilia Ferreiro têm contribuições fundamentais para a alfabetização, e apesar de suas perspectivas distintas, há pontos convergentes em suas abordagens, como: a alfabetização como um processo significativo para o educando, o papel ativo do educando dentro do processo de alfabetização e a alfabetização como processo de transformação social.

Esses três autores compartilham a visão de que a alfabetização não se limita a um processo técnico, pois está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento humano, à participação social e à construção do conhecimento. Suas abordagens valorizam o contexto sociocultural do educando, o papel ativo na aprendizagem e o impacto da alfabetização na transformação da realidade.

Embora Paulo Freire, Magda Soares e Emilia Ferreiro tenham convergências importantes em relação à alfabetização, suas abordagens também apresentam divergências, resultantes de suas diferentes perspectivas teóricas e metodológicas: o conceito de alfabetização que cada um traz dentro de seus ideais e o foco no processo de alfabetização apresenta-se distinto nas ideias dos autores supracitados.

As divergências refletem as diferentes preocupações centrais de cada autor: Freire tem um foco político e social, Magda Soares busca integrar alfabetização e letramento de forma equilibrada e Emilia Ferreiro enfatiza o processo cognitivo e o desenvolvimento individual da criança. Essas diferenças enriquecem o campo da alfabetização, oferecendo perspectivas complementares para atender às demandas educacionais diversas.

Durante a análise, os dados foram interpretados de forma crítica, considerando o contexto histórico, social e acadêmico em que cada obra foi produzida. Essa abordagem permitiu identificar as contribuições específicas de cada autor, bem como os limites e as lacunas presentes em suas argumentações. Por meio desse processo, foi possível construir uma visão abrangente e fundamentada sobre o tema investigado.

Analisando os dados, foi possível combinar as ideias de Freire (1987), Soares (2003) e Ferreiro (1996), e observou-se que as fontes estudadas possuem uma perspectiva abrangente que valoriza:

- O contexto social e político do educando (Freire).
- A funcionalidade e a relevância prática do ensino da escrita (Soares).
- Os processos cognitivos individuais de aprendizagem da criança (Ferreiro).

Dessa forma, a alfabetização pode ser pensada como um processo integral que considera o indivíduo em sua totalidade, equilibrando seus aspectos socioculturais, cognitivos e funcionais.

Após a conclusão da análise, observou-se uma convergência significativa entre os autores em relação à importância da alfabetização e como a temática se apresenta nos PCNs (1997) e na BNCC (2017), importantes documentos do cenário educacional.

Apesar das limitações inerentes ao método bibliográfico, a profundidade teórica alcançada permitiu apontar caminhos para futuras pesquisas e reflexões acadêmicas, contribuindo para o avanço do conhecimento no campo estudado.

Ao final de nosso trabalho, as hipóteses confirmadas foram:

(1) A alfabetização vai além da decodificação de palavras. Conforme previsto no decorrer do nosso trabalho, a literatura acadêmica confirma que alfabetizar não se limita ao ensino de leitura e escrita. Autores como Paulo Freire (1987) e Magda Soares (2003) destacam que a alfabetização é um processo integral, envolvendo o desenvolvimento cognitivo, social e crítico.

(2) A relação entre alfabetização e letramento é essencial. Nosso trabalho confirmou que alfabetização e letramento são processos complementares. Enquanto a alfabetização se refere ao domínio do sistema alfabético, o letramento está associado ao uso funcional da leitura e da escrita em práticas sociais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento mais atualizado, destaca essa integração como essencial para formar cidadãos críticos e participativos.

(3) O contexto social influencia diretamente no processo de alfabetização. Dados apresentados na fundamentação teórica, incluindo as referências a Vygotsky (1984) e Ferreiro (1996), confirmam que a alfabetização ocorre em ambientes sociais, nos quais interações e estímulos culturais desempenham um papel fundamental. A desigualdade de acesso à educação também foi confirmada como um fator que impacta diretamente os índices de alfabetização, conforme os dados do IBGE (2022) mencionados.

Por outro lado, algumas hipóteses foram refutadas, as quais são:

(1) A hipótese de que a alfabetização possui um período de conclusão bem definido foi refutada neste trabalho, através do estudo realizado neste trabalho. Segundo Ferreiro (1996), por exemplo, o processo de alfabetização é contínuo, com cada criança avançando em seu próprio ritmo, dependendo do estímulo recebido. A BNCC (2017), em vista disso, reforça a necessidade de se respeitar essas diferenças, embora estipule metas como a alfabetização plena até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Ainda que refutada, essa hipótese levantada no início do trabalho permitiu direcionar a pesquisa e foi validada ou ajustada a partir da fundamentação teórica. A alfabetização foi confirmada como um processo multifacetado, essencial para a formação de cidadãos plenos, mas também sujeito a desafios relacionados a desigualdades sociais e contextos educacionais. Refutar ou confirmar essas hipóteses enriqueceu a compreensão do tema e abriu caminhos para propostas educacionais mais eficazes.

Dessa forma, a pesquisa apresentada no TCC contribuiu de maneira significativa para o campo da alfabetização e do letramento ao abordar esses processos como ferramentas essenciais para a formação integral do indivíduo e a transformação social. Com base no trabalho apresentado, pode-se afirmar que o mesmo ofereceu uma análise aprofundada sobre os principais conceitos, desafios e práticas pedagógicas relacionados à alfabetização, além de propor reflexões críticas sobre políticas públicas educacionais no Brasil.

Parte do valor deste trabalho está em consolidar argumentos teóricos provenientes de autores renomados, como Paulo Freire (1987), Magda Soares (2003) e Emilia Ferreiro (1996). A abordagem da alfabetização como prática social e instrumento de emancipação crítica e cidadã, por exemplo, é um dos pontos centrais, alinhando-se aos pressupostos de que a leitura e a escrita devem ser integradas ao contexto de vida do educando. Além disso, a análise comparativa entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe contribuições valiosas ao mostrar avanços e desafios das políticas educacionais.

Já, por meio da problematização do analfabetismo no Brasil, o trabalho evidenciou as desigualdades sociais e regionais que ainda persistem, ressaltando a urgência de ações que promovam uma educação integradora e de qualidade. A relevância dos dados apresentados, como as estatísticas sobre analfabetismo absoluto e funcional, reforça a importância de tratar a alfabetização como prioridade nacional.

As contribuições, portanto, da pesquisa para a área foram várias, entre elas:

(1) O enriquecimento do debate acadêmico ao reunir diferentes perspectivas sobre alfabetização, oferecendo um panorama amplo que inclui a visão construtivista, as interações sociais (Vygotsky) e as etapas do desenvolvimento cognitivo (Piaget). Essa diversidade de abordagens permitiu uma compreensão holística do tema e pode orientar futuras investigações.

(2) A análise da alfabetização como processo contínuo e contextualizado, enfatizando a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem o ritmo de aprendizagem de cada aluno e integrem o letramento à vivência social. Essa perspectiva pode contribuir para a formulação de metodologias mais eficazes e inclusivas.

(3) O trabalho aponta os méritos dos PCNs e da BNCC, destacando as limitações, como a padronização rígida dos PCNs, que pode desconsiderar as particularidades regionais.

Ao abordar o impacto do analfabetismo na exclusão social, o estudo reforça o papel da educação na construção de uma sociedade mais equitativa e participativa, pois a alfabetização é um direito humano fundamental e uma condição indispensável para o exercício pleno da cidadania.

Portanto o trabalho, não apenas consolida conhecimentos existentes, mas também aponta lacunas e possibilidades para futuras pesquisas. Ao conectar teoria e prática, o estudo contribui para o avanço da área da alfabetização e do letramento, oferecendo subsídios relevantes para educadores, formuladores de políticas públicas e pesquisadores. Em síntese, trata-se de uma contribuição pertinente que reafirma a importância da alfabetização como eixo central do desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.
- FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em processo.** 4^a ed. São Paulo: Cortez, 1982.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 23^a ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 3^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos.** São Paulo: Contexto, 2017.
- UNESCO. **Relatório mundial sobre alfabetização.** Brasília: UNESCO, 1999.
- VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.